

**Coletivo Nacional de Gênero  
do Movimento dos Pequenos Agricultores**

# **TERRITÓRIO, CORPO e VIOLÊNCIA**

————— **Cartilha 3** —————

**MPA**  
**Movimento dos Pequenos Agricultores**





**Coletivo Nacional de Gênero  
do Movimento dos Pequenos Agricultores**

# **TERRITÓRIO, CORPO e VIOLÊNCIA**

———— **Cartilha 3** ————

**MPA**  
**Movimento dos Pequenos Agricultores**





**O** MPA, através do Coletivo Nacional de Gênero, vem dando passos na construção de um grande desafio coletivo que é o de construir um **Plano estratégico de ação feminista nacional do movimento**, a partir dos eixos de articulação, formação, produção e abastecimento e incidência política nacional dentro de um diálogo processual, orgânico e pedagógico das instâncias até os territórios onde a vida camponesa pulsa. Esta construção inicial se coloca como um desafio e, ao mesmo tempo, um passo essencial para os próximos dois anos para o avanço do movimento na atual conjuntura brasileira de crises e agravamento dos problemas estruturais aqui enfrentados.

Dentro da construção deste plano de ação, a formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero publicará seis cartilhas de formação em **Feminismo Camponês e Popular**, articulando as várias dimensões desta construção.

Você tem em suas mãos a terceira cartilha intitulada **Território, corpo e violência**.

Por tudo isto, convidamos nossa base camponesa a fazer leituras, debates e contribuições de forma compartilhada desde os nossos territórios, grupos de base e instâncias e se somar conosco neste pensar e construir nossos territórios camponeses, estratégias para o poder popular e a luta feminista.

Boa leitura e bom estudo!

**Coletivo Nacional de Gênero**  
**MPA Brasil**





*“Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.”*

SILVIA FEDERICI



Já falamos, na segunda cartilha desta série, que “entendemos que território e poder são inseparáveis, o acesso à terra e a afirmação dos territórios do campesinato, são essenciais para a sobrevivência das mulheres e nossos povos no campo, nas águas, na cidade e nas florestas, especialmente, neste enfrentamento direto com o capitalismo e o patriarcado e sua prática hegemônica de insistir na mercantilização da terra, da natureza, de nossos corpos e todos os saberes e frutos que deles brotam”. Agora vamos continuar falando de território, entendido como o espaço onde aparecem as relações de poder, a exemplo das relações de poder do sistema agroalimentar do agronegócio, mas, também, as manifestadas pelo sistema capitalista, racista e patriarcal.

A sociedade brasileira, foi formada a partir de alguns princípios estruturadores como o patriarcado, a divisão da sociedade em classes sociais e as diferenças étnico-raciais que marcam a nossa formação cultural, política, econômica e social, direcionando assim um hegemônico conjunto de práticas, relações de poder e leituras de mundo e, neste lugar, consolidou-se a subordinação feminina como condição estrutural à exploração capitalista. Ao longo da história as mulheres sofrem com a naturalização da superioridade construída pelo capitalismo patriarcal dos homens sobre as mulheres, sendo aqueles os privilegiados históricos e detentores do poder. E, por isso, ouvimos a vida inteira que o lugar da mulher é dentro de casa, cuidando da família, dos/as adoecidos/as e tantas outras tarefas que, ao final, foi e vai marcando o lugar das mulheres como o lugar do privado, do invisível, do secundário e do doméstico.

Mas, hoje, fruto do legado das lutas revolucionárias e das rebeldias deste tempo atual, já sabemos que lugar de mulher é onde ela quiser, não é verdade? Mas a luta tem sido eterna para nos manter de pé, num país que banalizou o ato de nos matar e violentar. Para manter a ordem patriarcal é necessário manter as mulheres sob controle, a isso chamamos de controle patriarcal e, a partir disso, vem se construindo no dia a dia um longo processo de domesticação e coisificação do corpo feminino. Essa domesticação, para efeito comparativo, parece muito com o que fazem com os “cavalos bravos”, quando utilizam de força e outras estratégias para deixá-los obedientes. E a coisificação, como o nome já nos ajuda a entender, é quando o corpo feminino é visto como uma coisa, por isso não merece nenhum tipo de respeito, valorização ou autonomia.

A domesticação e coisificação do corpo feminino são as mais reconhecidas estratégias de controle social, pois têm permitido a manutenção da sociedade patriarcal ao longo dos séculos nos diversos cantos do mundo, mas mascarada no cotidiano das mulheres de várias formas.

**E por que falamos tanto do corpo feminino?** Fazemos isso por entender que o corpo é o nosso primeiro território, e é nele que sentimos os efeitos das conjunturas, dos conflitos e, principalmente, das violências. Para a feminista comunitária e indígena maya-xinka Lorena Cabnal (2010), o corpo tem sido milenarmente um território em disputa, ainda mais no que tange os corpos das mulheres, pois são nestes que os opressores asseguram maior lucro e exploração de diversas naturezas, fato que contribui para as violências de todos os tipos que as mulheres são submetidas.

### **Atenção camaradas!**

Nosso corpo não é mercadoria! Mas, o capitalismo patriarcal-racista-colonialista, o comercializa, o vende, o aluga e o usa. E, ao final, quem hegemonicamente, o explora é o homem branco, burguês e adulto!

Este mesmo capitalismo tem como alicerce o trabalho de graça (a suposta “ajuda”!) e, a partir disto, lucram com o trabalho não remunerado das mulheres seja no trabalho produtivo e dos cuidados e, no processo, controlam o nosso corpo pelo trabalho reprodutivo!

### **Então, nosso corpo é nosso?**



*“Reconhecer como é que meu primeiro território-corpo tem sido expropriado e pactuado histórica e estruturalmente para o benefício e sustentação destes sistemas é importante, porque leva-me a pensar como nosso território-terra tem sido expropriado e pactuado. Como foram construídas sobre ele, formas de organização que se concentram em repúblicas, países, fronteiras e estados; onde a vida dos povos originários e das mulheres indígenas, principalmente, é dominada pelo poder do estado-nação colonial.*

LORENA CABNAL



O conceito **Corpo território—território terra** nos ajuda a entender esta questão. As feministas comunitárias da Guatemala, mulheres maya-xinka que vêm lutando contra os projetos da mineração, descobriram no caminhar várias questões importantes também para nós.

- A luta feminista por nossos corpos está unida à luta pela terra, pelas comunidades camponesas e pelos territórios camponeses.
- As mulheres muitas vezes colocam o corpo na luta, ainda que esse trabalho não seja reconhecido.
- Não adianta lutar contra a violência externa se não estamos conseguindo enxergar a violência no interior de nossas casas, comunidades, movimentos.



- O sistema patriarcal pretende decidir por nós e marcar nossa relação com nosso corpo, devemos começar a tirar os medos e as pautas que o sistema marca e começar a sentir nosso corpo, olhar para ele, cuidar dele, respeitá-lo.
- A luta na defesa dos nossos corpos não pode ser uma questão individual, mas, sim coletiva, política.
- Para ter corpos saudáveis e livres da violência, precisamos que o território-terra também seja saudável e livre de violência: os corpos não são saudáveis quando existe contaminação, águas sujas, agrotóxicos e etc.
- Para ter territórios camponeses livres, os corpos que os habitam precisam de ser livres. Não podemos falar de territórios livres se as mulheres sofrem violências e vivem aprisionadas pelas múltiplas opressões do capital, se as pessoas LGBT não podem se expressar, se as crianças sofrem abusos e etc.
- Nosso corpo é nosso primeiro território, assim, devemos cuidar dele, saná-lo coletivamente.

Como fala a cartilha *Basta de Violência contra as mulheres* da Via Campesina Brasil, precisamos nos perguntar quais são as violências que sofremos, que ferramentas de defesa estamos usando, como cuidamos de nossos corpos e quem decide sobre eles. Primeiramente, aqui pensamos se somos realmente nós quem decidimos sobre nossos corpos, se temos autonomia e liberdade individual e coletiva para tomar decisões sobre nossos corpos. Frente à questão: “meu corpo é meu?”, todas vamos responder: com certeza! Mas, depois olhamos para o sistema no qual vivemos e percebemos quantos fatores externos querem definir o que os nossos corpos são e condicionam nossas decisões. Então, nosso corpo é nosso? É meu corpo, e eu decido? É mesmo?

- Nós que escolhemos o que comer? Nem sempre. A alimentação que chega nas nossas mãos está contaminada com agrotóxicos; está condicionada pelas condições materiais de acesso que temos.
- Nós escolhemos quando descansar? Só chega o descanso depois de cuidar e atender os corpos de outras pessoas, depois de trabalhar e entregar esses tempos ao patrão.
- Nós resolvemos nossa estética? O sistema nos fala qual é o corpo desejado e se o nosso não está dentro dessa imagem, nos sentimos mal com ele, temos problemas por sermos gordas, ou baixas, ou altas, ou magras. A moda impõe o que está bom e o que não está. E que acontece se sou mulher num corpo de homem? Ou homem num corpo de mulher?
- Nós resolvemos quando e como queremos ser mães? O Estado e as religiões de caráter conservador falam que o aborto é ilegal, que é pecado; temos pouca disponibilidade de anticoncepcionais. Quem tem mais dinheiro pode abortar; quem não tem fica

doente ou morre quando tenta. Nos educam para ser mães e quem não é aparece como “quebrada” ou “não completa”.

- Nós escolhemos quem amar? Quem desejar? Vivemos num sistema de heterossexualidade imposta, isto é, que as relações entre homens e mulheres são consideradas “normais” e se nos amamos e desejamos entre mulheres ou entre homens chegamos a prejuízos e não podemos mais ser livres.
- Nós escolhemos como amar? Nossas relações sexuais? Pensemos no número de estupros que denunciemos as mulheres no Brasil todo ano, e sobretudo pensemos em todos aqueles estupros que não foram denunciados. Quantas vezes tivemos relações com nossos parceiros sem vontade, só pelo prazer dele? Quantas vezes ninguém nos perguntou o que gostamos de fazer ou considerou nosso próprio prazer? Quantas vezes até esquecemos de nossa capacidade de sentir prazer?

### **Basta de violências sobre nossos corpos!**

.....  
*Destruir as mulheres camponesas é destruir o controle político e coletivo sobre o conhecimento/saberes, corpo, natureza e seu território!*  
.....

Dentro do modo de produção capitalista foi imposto às mulheres o não acesso ao conhecimento e ao controle sobre os seus corpos, pois o conservadorismo estrutural deste sistema consolidou o direito de violação e controle dos Estados sobre os nossos corpos para uso e exploração do mercado capitalista dentro dos países. Na realidade brasileira, sentimos isso com mais intensidade e, agora, vivenciamos um Governo Federal que segue esta lógica, que quer definir sem nós se devemos abortar ou não em caso de estupro, mesmo dentro do casamento ou de uma relação supostamente afetiva (ou se devemos ser punidas pela lei se ousarmos decidir sobre nossos corpos e realizá-lo!); se devemos ou não ter muitos filhos/as e etc. Este controle é vivido de várias formas, mas todas elas interditam nosso direito à autonomia!

Vemos também o mercado agroindustrial colocando o corpo feminino como cobaia das grandes corporações e laboratórios farmacêuticos, estéticos, agronegócio etc., como manequins de experimentação e geradoras de lucro para as grandes empresas. Ao lado disto, seguem e se agravam as demais formas “tradicionais” de expropriação do corpo das mulheres presentes em vários territórios, bairros e comunidades: prostituição, controle da sexualidade, mercantilização do corpo feminino pelo comércio/mercados (corpo veiculado como propaganda/produto), exploração sexual das meninas etc. Todas elas firmadas por práticas, leis e costumes consolidados pelo capitalismo nas mentes da população por religiões conservadoras, pela mídia, pela educação e cultura tradicional conservadora.

É nesse contexto, que a exibição do corpo feminino equivale a um suposto convite e liberdade de acesso por parte dos homens. Tilio et al. (2020) nos dizem que, para a sociedade patriarcal, o corpo de mulheres de “boa índole” nos espaços públicos deve ser discreto, com roupas longas, sendo o contrário, ou seja, se estiverem usando roupas curtas, são vistas como vulgares. Mais uma vez, “tem-se um mecanismo de controle do comportamento e do corpo das mulheres da maneira mais violenta que possa existir” (IPEA, 2014, p. 23).

De acordo com o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS),



**58,5%**

da população brasileira concorda total ou parcialmente que se as mulheres "soubessem como se comportar" haveria menos abusos sexuais.

**Já 26%**

concordam total ou parcialmente que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.

## CRONÔMETRO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

**A cada 2 minutos, 5**

mulheres são espancadas no Brasil

**A cada 24 horas, 4**

mulheres são assassinadas no Brasil

**A cada 10 minutos, 1**

mulher é vítima de estupro

**A cada 2 dias, 1**

travesti ou mulher trans é assassinada no Brasil

**7 em cada 10 casos,**

o agressor é conhecido (namorado, marido etc.)



**A cada 100 minutos,**

o Brasil tem 1 caso de estupro coletivo;

**A cada 1 hora, 30**

mulheres sofrem agressão física no Brasil.

**1 a cada 4 mulheres**

foi vítima de alguma violência em 2020

**57,9% das crianças e adolescentes**

de até 13 anos são mais da metade das vítimas de violência sexual

Fonte: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>

## **VIOLÊNCIA/ASSASSINATOS DA POPULAÇÃO LGBTQI+**

Enquanto a expectativa de vida do restante da população brasileira é, em geral, de 70 anos, a expectativa de vida de transexuais e travestis brasileiros/as é de **35 anos, metade da média nacional**

### **Em 2020**

houve 161 mulheres travestis e transexuais assassinadas, 51 gays, 10 lésbicas, 3 homens transexuais, 3 bissexuais e 2 homens heterossexuais confundidos com gays

Quanto à idade e violência: 28% dos LGBTQI+ tinham menos de 18 anos ao serem assassinados, e

**68% das vítimas ao serem executadas estavam na flor da idade entre 20-60 anos**

Em 2020, tivemos 237 mortes violentas de LGBTQI+ vítimas da homotransfobia no Brasil:

**foram 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%)**

De acordo com o Grupo Gay da Bahia

**é assassinado/a no Brasil, em média, 1 LGBTQI+ a cada 36 horas**



**Fonte:** Relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB)

A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial e perpassa todas as classes sociais, organizações, gerações, orientações sexuais e se dá tanto com mulheres que vivem nas cidades como com as que vivem no campo, nas águas e nas florestas. Ela se evidencia em dados formais, informais, em relatos de vida, confidências, reuniões e espaços de mulheres, denúncias e reivindicações. Violências que, neste momento, são legitimadas pelo viés neofascista e naturalização do ódio, sobretudo que simboliza rebeldia, mas essa violência não pode ser mais silenciada!

Sabemos que este silenciamento, naturalização e agravamento das perversas relações de poder massificam o silêncio e a invisibilidade da dor sofrida em situações de abuso e violação de direitos pelas mulheres em todos os cantos, comunidades e territórios. Isso se evidencia nas múltiplas expressões culturais que hegemonizaram a dominação do universo simbólico patriarcal e capitalista no atual contexto histórico. Mas esta violência, fruto das relações de poder patriarcal, precisa ser enfrentada onde ela ocorrer, pois, para reconstrução de um projeto popular de base anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e anti-imperialista será necessário firmar a profunda ação-reflexão feminista popular dentro da atual luta de classes!

---

**Provocação:** *Pensem em quantas violências e imposições de poder vocês já sofreram ao longo da vida em diversos espaços. Como não silenciar, mas, sim agir e refletir, coletivamente, sobre isto junto à comunidade e ao Movimento?*

---

## QUAIS SÃO ESSAS FORMAS VIOLÊNCIAS?

**Violência física:** É aquela entendida como qualquer atitude que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher. É praticada com uso de força física do agressor ou ainda com o uso de armas.  
*Exemplos:* Bater, chutar, queimar, cortar e mutilar.



**Violência psicológica:** Qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher. Nesse tipo de violência é muito comum a mulher ser proibida de trabalhar, estudar, sair de casa, falar com amigos ou parentes.  
*Exemplos:* ameaças, humilhações, chantagens, críticas, isolamento dos amigos e da família.

**Violência sexual:** A violência sexual é qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; quando a mulher é obrigada a se prostituir, a fazer aborto, a usar anticoncepcionais contra a sua vontade ou quando ela mesma sofre assédio sexual, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.





**Violência patrimonial/econômica:** Qualquer conduta onde o agressor esconda os pertences, roube, destrua parcial ou total objetos pertencentes à mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.



**Violência moral:** Qualquer conduta que importe em calúnia, quando o agressor afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu; difamação; quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ofende a dignidade da mulher. Exemplos: Dar opinião contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos.

**Violência obstétrica:** Diz respeito às várias formas de agressão às mulheres gestantes, desde o pré-natal, durante o parto e/ou no pós-parto, mas também, ocorre em situação de atendimento aos casos de abortamento. A exemplo: desde a recusa de atendimento, deboches e xingamentos a cortes e intervenções desnecessárias no corpo da gestante.



**Violência vicária:** É a violência usada para machucar a mulher, principalmente pelo marido, usando para isso os filhos e filhas. Violentar filhos e filhas fisicamente, psicologicamente e sexualmente para submeter a mãe.

**Violência simbólica:** É expressada em mensagens, valores, ícones ou signos que reproduzem relações de dominação, desigualdade e discriminação. Muitas vezes este tipo de violência chega através da publicidade, das mensagens do Estado, da escola e outras instituições.



## ABORTO NO BRASIL

20 milhões é o número aproximado de mulheres que recorreram ao aborto clandestino, anualmente no mundo. Destes,

**5% se concentram no Brasil.**

**98% das mulheres**

que abortam de forma clandestina vivem em países da África, América Central e América do Sul

A cada 10 mortes de mulheres devido a complicações do aborto,

**6 eram negras**

**A cada 2 dias,**

1 mulher morre vítima de aborto inseguro no Brasil

**1 milhão de abortos por ano**

é a estimativa no Brasil segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e, geralmente, as mais pobres morrem

As maiores vítimas do aborto no Brasil são

**as mulheres negras,  
jovens e empobrecidas**



## **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

As mulheres são as maiores usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS): aproximadamente

**70% delas utilizam o sistema**

A violência obstétrica atinge  
**quase metade das mães no SUS**

**45% das gestantes**

atendidas pelo SUS no parto são vítimas de maus tratos

**No total, 36% das mães**

passam por tratamento inadequado

Dentro do grupo de gestantes, há um grupo de risco para os maus tratos:

**são as mulheres negras, pobres,  
grávidas do primeiro filho, jovens  
e em trabalho de parto prolongado**

**1 em cada 4 mulheres**

sofrem algum tipo de violência entre o pré-natal e o parto

**25 mil mulheres negras**

morreram em decorrência de complicações relacionadas à gravidez, parto e outras doenças entre janeiro e setembro de 2020



**57% das mortes  
maternas**

de 2020 foram de  
mulheres negras

## **CAMPONESAS ORGANIZADAS CONTRA TODA FORMA DE VIOLÊNCIA!**

Sabemos que para as camponesas a invisibilidade da violência é um desafio complexo. Vivendo em territórios diversos com suas longas distâncias da esfera pública (localizadas no centro das pequenas cidades, a exemplo dos serviços de saúde, espaços denúncia sobre violações e violências e etc.), precário acesso à comunicação (telefones e internet) e recuo de políticas e programas que estimulavam a produção de alimentos são combinações que articuladas favorecem o isolamento das mulheres e aumentam casos de violência, em sua grande maioria, não visibilizados pelos dados oficiais.

O isolamento social e o agravamento da violência dentro das casas e dos espaços onde atuam as camponesas faz desvelar as desigualdades até então veladas tanto dentro das famílias, mas também nos diversos espaços de atuação/presença política das camponesas. Ao lado disto, soma-se a resistência pela vida com o avanço da Covid-19, o enxugamento do SUS nos territórios e o longo caminho para o acesso à terra e/ou regularização das áreas dentro dos territórios. Somado a isto temos a questão da titularidade da terra e as formas de acesso às políticas públicas voltadas para as mulheres visando a produção, entendendo que a titularidade da terra aliada às condições de produzir no campo são necessários para que a autonomia financeira e política seja consolidada.

Na América Latina e no Caribe, por exemplo, as mulheres camponesas são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos, são **58 milhões de mulheres** vivendo no campo. No Brasil, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, **947 mil mulheres** são responsáveis pela gestão de inúmeras roças/sítios. Ou seja, quase **1 milhão de famílias** que dependem diretamente das mulheres camponesas, que juntas administram cerca de **30 milhões de hectares**. Entretanto, este número representa apenas **19% dos estabelecimentos agropecuários** no país, mesmo tendo ciência que estas mulheres garantem no Brasil em torno de **80% da diversidade produtiva** cuidando do chamado “miúdo”, que termina sendo o “grosso” do que chega às mesas brasileiras, a exemplo dos legumes, verduras, frutas, hortaliças, criação dos pequenos animais etc.



.....  
**Provocação:** *Como produzir alimentos no campo se temos mulheres em situações de violências com corpos, vidas e territórios aprisionados pela opressão?*  
.....

Nos perguntamos então: ante tanta violência, o que estamos fazendo? E respondemos: nos organizar e lutar, construir o Feminismo Camponês e Popular. Educar homens e mulheres em valores socialistas e anti patriarcais; denunciar os casos de violências; acompanhar as mulheres e pessoas LGBTQIA+ quando sofrem agressões; questionar as práticas patriarcais das comunidades e do próprio movimento e muitas outras coisas.

A defesa do território, do corpo-território, deve ser coletiva e deve se inserir na defesa do território-terra. Na construção da nova sociedade que desejamos e nos territórios camponeses, debatemos e discutimos sobre territórios livres de violências patriarcais e praticamos o que sonhamos com apoio mútuo na comunidade, confiança nas mulheres que narram episódios de violência (eu acredito em você); criação de grupos de mulheres para poder falar e tornar o problema coletivo, se reconhecer na história das outras.

A conjuntura nos desafia a lutar, caminhar de mãos dadas rumo à construção do poder popular que brota dos vários processos, mas, principalmente, da unidade de forças, política e ideológica e é partindo disto que, a partir da luta dentro dos territórios, afirmamos a defesa da vida e contra as violências e a fome, e não nos calaremos diante de uma ameaça velada e nem silenciaremos diante de uma violência cometida. Mas sim, resistiremos dentro da luta coletiva enfrentando as contradições e reconstruindo formas organizativas e territoriais de constrangimento e combate estrutural às violências.

.....  
**Provocação:** *Não podemos silenciar diante da opressão e violências! Quais ações são possíveis de serem realizadas para enfrentar o machismo e todas as formas de violências vividas na comunidade, no território e/ou na luta política?*  
.....

- Durante a colônia, o estupro massivo de mulheres indígenas para o “embranquecimento da população”
- Durante a escravidão, o estupro massivo de mulheres negras para “reproduzir a mão de obra”
- Durante as ditaduras, o estupro massivo de militantes como parte das torturas
- Agora, o estupro e assassinato massivo de mulheres para manter o sistema patriarcal e a submissão das mulheres

Estupro não é sexualidade, é poder. Sexualidade é prazer. Sexualidade também é política. Direitos sexuais, reprodutivos e não reprodutivos são parte da agenda de libertação; não é problema individual, nem é questão moral, não é questão privada. É a base da sociedade que queremos construir.

**Nossos corpos são nossos territórios! Meu corpo, minhas regras!**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. ACSUR-Las Segovias, 2010.

COFEN. **Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro**, diz Ministério da Saúde. 03/08/2018. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude\\_64714.html](http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html)>. Acesso em: jul. 2021.

CRUZ, Luiza. **57% das mortes maternas de 2020 foram de mulheres negras**. Notícia Preta. 05/04/2021. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/57-das-mortes-maternas-de-2020-foram-de-mulheres-negras/>>. Acesso em: jul. 2021.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil**: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (Supl. 1), pp. 959-966, 2010. Disponível em: <<https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/09/pesquisa-nacional.pdf>>. Acesso em: jul. 2021.

FEDERICI, Sílvia. **Reencantar el mundo**: El feminismo y la política de los comunes. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

\_\_\_\_\_. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante. 2017.

FLAESCHEN, Hara. **Mulheres negras sofrem mais violência obstétrica**. Abrasco. 06/03/2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/>>. Acesso em: jul. 2021.

IPEA. **SIPS**: Sistema de Indicadores de Percepção Social, 2014. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres\\_novo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf)>. Acesso em 17 de Jul. 2021.

LEAL, Marcelo (Orgs.). **Crise Sistêmica**: Veredas Estratégicas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.  
LICHOTTI, Camille; MAZZA, Luigi; BUONO, Renata. Os abortos diários no Brasil. *Revista Piauí*. 24/08/2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/os-abortos-diarios-do-brasil/>>. Acesso em: jul. 2021.

MPA. **Precisamos falar sobre aborto!** 30/09/2016. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/artigos/precisamos-falar-sobre-aborto/>>. Acesso em: jul. 2021.

NÚCLEO Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; Associação Artêmis; Escola de Defensoria Pública do Estado. 2013. **Violência obstétrica**: você sabe o que é? Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

PORTAL Geledés. **Mulheres negras sofrem mais com violência obstétrica**. 05/05/2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sofrem-mais-com-a-violencia-obstetrica-ouca-debate/>>. Acesso em: jul. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**. Geografía de los movimientos sociales en América Latina. Venezuela: Editorial IVIC, 2009.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção dos territórios na América Latina**. México: UNAM, 2012.

REDONDO, Estibaliz. Metodología para trabajar violencias y territorio. Territorio cuerpo en el feminismo campesino y popular. In: **Anais eletrônicos SINGA 19**, Brasil, 2019. Disponível em: <[https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1569346378\\_ARQUIVO\\_36046b-gda374a216922616e1e2677e3b.pdf](https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1569346378_ARQUIVO_36046b-gda374a216922616e1e2677e3b.pdf)>. Acesso em: nov. 2019.

TILIO, Rafael.; MORÉ, Isabella Alves Azevedo; SAMPAIO, Natália Prado; RIBEIRO-LEANDRO, Renata Cristina; COHEN, Carla Ribeiro; LEONIDAS, Carolina. **Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário "Chega de fiiu fiiu"**. Revista Psicologia e Sociedade, n. 33, 2020, pp. 1-16. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wWtLhjqP3hRQC5hDt6Pz7qq/?format=pdf>> Acesso em 17 jul. 2021.

UFRGS. **As Faces da Violência Obstétrica**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jordi/172-violencia-obstetrica/violencia-obstetrica/>>. Acesso em: jul. 2021.

## **DADOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA:**

Ensp/Fiocruz: **Nascer no Brasil**: inquérito nacional sobre parto e nascimento

**ABRASCO**: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/> e <https://noticiapreta.com.br/57-das-mortes-maternas-de-2020-foram-de-mulheres-negras/>

**Portal Geledés**: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sofrem-mais-com-a-violencia-obstetrica-ouca-debate/>

## **DADOS SOBRE ABORTO:**

**Aborto no Brasil**: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna (Debora Diniz e Marcelo Medeiros): <https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/09/pesquisa-nacional.pdf>

## **DataSUS**

<https://piaui.folha.uol.com.br/os-abortos-diarios-do-brasil/>

[http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude\\_64714.html](http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html)

<https://mpabrasil.org.br/artigos/precisamos-falar-sobre-aborto/>



© MPA Brasil, 2021

Esta obra atende às normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

|                  |  |
|------------------|--|
| Título original: | Território, corpo e violência  |
| Elaboração:      | Coletivo Nacional de Gênero:<br>Adriana Muller<br>Cíntia Souto<br>Débora Varoli<br>Denilva Pinto<br>Edleuza Cassemiro<br>Esti Redondo<br>Flávia Vargas<br>Gilvanir de Souza<br>Isabel Ramalho<br>Jeieli Laís<br>Jozelita Tavares<br>Juscimara Almeida<br>Leila Santana<br>Leile Teixeira<br>Marina Freire<br>Marinei dos Santos<br>Roseli Souza<br>Sônia Costa<br>Thais Moura<br>Viviane Chiarello |
| Realização:      | MPA BRASIL<br>ANAC   |
| Apoio:           | Bizilur<br>Diputación Foral de Bizkaia<br>Gobierno Vasco   |
| Design gráfico:  | Gabriela Ferreira ( <i>Instagram: @gabiiferreira</i> )   |
| Ilustrações:     | Thais Pereira Carvalho ( <i>Instagram: @artistadesconhecida</i> )  |
| Fontes:          | Whitney e Room 205   |

MPA Brasil  
mpabrasil.org.br · *YouTube: @mpabrasil* · *Twitter: @mpabrasil*  
*Facebook: fb.com/mpacampesinato* · *Instagram: @mpa.brasil*





**A** formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero publicará seis cartilhas de formação em Feminismo Camponês e Popular.

Aqui estamos com a terceira cartilha intitulada **Território, corpo e violência**. Nesta cartilha analisamos desde o conceito de corpo território-território terra as diferentes violências que sofremos as mulheres a as lutas e propostas que estamos dando para responder elas.

É uma cartilha provocativa que procura o debate e a discussão, então, ficamos aqui esperando seus informes com considerações.

Bom estudo!

